



058/2020 – Poc/Fdd/Fadd/Ja/Mr

**Cliente:** Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR

**Assunto:** Relatório dos auditores sobre os exames realizados nas demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2017



**DAVI & CORRÊA**

AUDITORES INDEPENDENTES

**20**<sup>ANOS</sup>

---

## **1 – Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**



---

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR**

Curitiba - PR

### **Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário e Demonstrativo das Variações Patrimoniais para o exercício findo naquela data, bem como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto quanto a possíveis efeitos que possam advir da situação mencionada na seção **Base para opinião com ressalva**, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR, em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião com ressalva**

#### Circularização advogados

Conforme nota explicativa nº 3.8 – Provisão para riscos cíveis e trabalhistas, foi constituída provisão do valor de R\$ 280.000,00, no exercício de 2017, na variação patrimonial diminutiva. Devido ao lapso temporal de nosso trabalho de auditoria realizado no exercício e a falta de apresentação de relatórios jurídicos do período, não nos foi possível determinar se havia necessidade de ajustar esses valores.

#### Depreciação

O Conselho vem depreciando o ativo imobilizado utilizando as taxas sugeridas pelas autoridades fiscais, não sendo apresentado relatório sistêmico com os saldos de depreciações do exercício. Os valores dos itens do imobilizado são relevantes no contexto geral das demonstrações financeiras, não nos foi possível estimar os impactos sobre os saldos do ativo imobilizado e do patrimônio social, bem como sobre o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

O Conselho efetuou a contabilização de depreciação do imóvel no exercício de 2017 no valor de R\$ 345.000,00 em conta de resultado, porém o imóvel adquirido é uma UIP (unidade de interesse de preservação) e conforme NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão, não estão sujeitos ao regime de depreciação bens móveis de natureza cultural, tais como obras de artes, antiguidades, documentos, bens com interesse histórico, bens integrados em coleções, entre outros.



### Déficit do exercício

O CAU PR apresentou no exercício de 2017 déficit no valor de R\$ 191.712,16, porém identificamos valores contabilizados na variação patrimonial diminutivas que alteram o resultado apresentado. Na conta de depreciação de imóveis, foi contabilizado o valor de R\$ 255.000,00 no dia 31/03/2017 referente ao período de novembro de 2015 a março de 2017, apenas o valor de R\$ 45.000,00 deveria ter sido lançado no resultado do exercício, o restante se refere a depreciação dos exercícios de 2015 e 2016. Salientamos ainda que não foi contabilizado as depreciações de edifícios referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2017 que somam também o valor de R\$ 45.000,00. No dia 29/12/2017 foi contabilizado o valor de R\$ 280.000,00 em provisão para contingências judiciais e que, conforme nota explicativa, do montante da variação patrimonial diminutiva decorrente das provisões registradas em 2017, R\$ 90.000,00 referem-se a ações ajuizadas em exercícios anteriores, registradas de forma acumulada, alterando o efetivo resultado patrimonial de 2017. O somatório dos valores citados chegamos ao valor de R\$ 255.000,00, que se registrados em conta de ajustes de exercícios anteriores, o Conselho ao invés de déficit apresentado (R\$ 191.712,16), passaria a superávit no valor de R\$ 83.287,84.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades públicas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



---

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 05 de agosto de 2020.

---

**Davi & Corrêa Auditores Independentes S/S**

**CRC - RS 3.797**

**Pedro Osório Correa**

**Contador CRC - RS 42.462/O**



## **2 – Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2017**

**2.1 – Balanço Patrimonial**

**2.2 – Balanço Financeiro**

**2.3 – Balanço Orçamentário**

**2.4 – Variações Patrimoniais Quantitativas**

**2.5 – Notas Explicativas**

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR**  
**CNPJ: 14.804.099/0001-99****Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2017****2.1 – Balanço Patrimonial**  
**(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)**

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>10.884.819,89</b>	<b>11.765.670,01</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>557.118,52</b>	<b>418.320,00</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.006.356,80	9.298.204,75	Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assistênciais	0,01	0,00
Créditos a Curto Prazo	822.592,01	2.439.862,58	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	25.605,90	32.259,33
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	10.109,04	1.604,37	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Variações Patrim. Dim. Pagas Antecipad.	45.762,04	25.998,31	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
			Provisões a Curto Prazo	531.010,15	385.641,48
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>5.088.756,94</b>	<b>5.304.288,78</b>	Demais Obrigações a Curto Prazo	502,46	419,19
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>260.000,00</b>	<b>0,00</b>
Investimentos	0,00	0,00	Provisões a Longo Prazo	260.000,00	0,00
<b>Imobilizado</b>	<b>5.034.687,03</b>	<b>5.225.027,62</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>15.156.458,31</b>	<b>16.651.638,79</b>
Bens Móveis	1.399.558,38	1.235.903,93	Resultados Acumulados	15.156.458,31	16.651.638,79
Bens Imóveis	4.589.986,16	4.549.390,16			
(-) Depreciação Acumulada	(954.857,51)	(560.266,47)			
<b>Intangível</b>	<b>54.069,91</b>	<b>79.261,16</b>			
Softwares	79.261,16	79.261,16			
(-) Amortização Acumulada	(25.191,25)	0,00			
<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>15.973.576,83</b>	<b>17.069.958,79</b>	<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>15.973.576,83</b>	<b>17.069.958,79</b>

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR**  
**CNPJ: 14.804.099/0001-99****Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2017****2.2 – Balanço Financeiro**  
**(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)**

RECEITA	31/12/2017	31/12/2016	DESPESA	31/12/2017	31/12/2016
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>9.818.578,58</b>	<b>9.191.830,14</b>	<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>9.311.912,07</b>	<b>7.653.063,66</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>9.818.578,58</b>	<b>9.191.830,14</b>	<b>CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR</b>	<b>236.654,10</b>	<b>0,00</b>
Receitas de contribuições	3.207.957,29	2.855.472,33	<b>CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO</b>	<b>25.275,90</b>	<b>32.259,33</b>
Receitas de infrações	0,00	0,00	<b>CRÉDITO EMPENHADO - PAGO</b>	<b>9.049.982,07</b>	<b>7.620.804,33</b>
Receitas de serviços	5.374.781,92	4.920.068,82	<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>8.845.731,62</b>	<b>7.353.796,39</b>
Receitas financeiras	1.209.646,46	1.405.469,37	Pessoal	4.445.886,39	3.658.789,69
Transferências correntes	0,00	0,00	Material de Consumo	74.651,59	66.462,72
Outras receitas correntes	26.192,91	10.819,62	Serviços de Terceiros - Pessoa Física	611.655,21	471.191,90
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.262.357,01	2.789.877,94
			Encargos Diversos	285.385,99	241.749,46
			Despesas de Exercícios Anteriores	6.113,53	1.862,08
			Transferências correntes	1.159.681,90	123.862,60
			<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>204.250,45</b>	<b>267.007,94</b>
			Investimentos	204.250,45	267.007,94
Recebimentos Extraorçamentários	2.116.189,94	3.100.090,94	Pagamentos Extraorçamentários	1.914.704,40	3.268.669,05
Saldo em espécie do Exercício Anterior	9.298.204,75	7.928.016,38	<b>Saldo em espécie do Exercício Seguinte</b>	<b>10.006.356,80</b>	<b>9.298.204,75</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>21.232.973,27</b>	<b>20.219.937,46</b>	<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>21.232.973,27</b>	<b>20.219.937,46</b>

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR**  
**CNPJ: 14.804.099/0001-99**

**Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2017**

**2.3 – Balanço Orçamentário**  
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

RECEITAS ORÇAMENTÁIRAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>10.628.175,00</b>	<b>10.492.065,47</b>	<b>9.818.578,58</b>	<b>673.486,89</b>
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.234.758,00	3.366.229,00	3.207.957,29	158.271,71
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.234.758,00	3.366.229,00	3.207.957,29	158.271,71
Anuidades	3.234.758,00	3.366.229,00	3.207.957,29	158.271,71
RECEITAS DE SERVIÇOS	6.144.069,00	5.636.003,42	5.374.781,92	261.221,50
Emolumentos com expedição de certidões	0,00	9.544,47	30.797,27	(21.252,80)
Emolumentos com registro de responsabilidade técnica - RRT	6.144.069,00	5.626.033,00	5.341.592,75	284.440,25
Receitas diversos serviços	0,00	425,95	2.391,90	(1.965,95)
FINANCEIRAS	1.249.348,00	1.486.808,42	1.220.753,68	266.054,74
Juros de mora sobre multa de infrações	0,00	34.030,17	95.121,38	(61.091,21)
Atualização Monetária	1.249.348,00	1.452.778,25	1.125.632,30	327.145,95
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	3.024,63	15.085,69	(12.061,06)
Indenizações e Restituições	0,00	3.024,63	14.995,94	(11.971,31)
Receitas não Identificadas	0,00	0,00	89,75	(89,75)
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.500.000,00</b>	<b>2.500.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.500.000,00</b>
Superávit do exercício corrente	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00
<b>SUB-TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>13.128.175,00</b>	<b>12.992.065,47</b>	<b>9.818.578,58</b>	<b>3.173.486,89</b>
DÉFICIT	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>13.128.175,00</b>	<b>12.992.065,47</b>	<b>9.818.578,58</b>	<b>3.173.486,89</b>

Continua



Continuação

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
<b>CREDITO DISPONÍVEL - DESPESA CORRENTE</b>	<b>10.628.175,00</b>	<b>10.492.065,47</b>	<b>9.003.777,63</b>	<b>8.871.007,52</b>	<b>8.845.731,62</b>	<b>1.488.287,84</b>
PESSOAL	4.722.012,97	4.763.948,19	4.358.210,70	4.358.210,70	4.358.210,69	405.737,49
Pessoal e encargos	4.587.012,97	4.587.012,97	4.252.085,70	4.252.085,70	4.252.085,69	334.927,27
Diárias	135.000,00	176.935,22	106.125,00	106.125,00	106.125,00	70.810,22
MATERIAL DE CONSUMO	280.700,00	158.560,06	83.106,26	78.764,44	74.651,59	75.453,80
Material de consumo	280.700,00	158.560,06	83.106,26	78.764,44	74.651,59	75.453,80
SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA FÍSICA	775.166,03	866.779,92	700.441,51	700.441,51	699.330,91	166.338,41
Remuneração de serviços pessoais	237.842,00	110.842,00	70.611,12	70.611,12	70.611,12	40.230,88
Diárias	236.500,00	487.186,89	416.796,21	416.796,21	415.685,61	70.390,68
Despesas com locomoção	300.824,03	268.751,03	213.034,18	213.034,18	213.034,18	55.716,85
SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURÍDICA	3.895.048,00	3.014.401,51	2.332.715,54	2.282.409,45	2.262.357,01	681.685,97
Serviços de consultoria	175.000,00	33.800,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	23.800,00
Serviços de comunicação e divulgação	77.000,00	66.390,00	55.306,15	55.306,15	55.306,15	11.083,85
Manutenção sistemas informatizados	853.928,00	104.900,00	42.050,00	42.050,00	42.050,00	62.850,00
Serviços prestados	2.690.120,00	2.371.085,76	1.865.961,29	1.815.655,20	1.795.602,76	505.124,47
Passagens	99.000,00	438.225,75	359.398,10	359.398,10	359.398,10	78.827,65
ENCARGOS DIVERSOS	402.200,00	349.570,00	285.385,99	285.385,99	285.385,99	64.184,01
Encargos diversos	402.200,00	349.570,00	285.385,99	285.385,99	285.385,99	64.184,01
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	6.113,99	6.113,53	6.113,53	6.113,53	0,46
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	6.113,99	6.113,53	6.113,53	6.113,53	0,46
TRANSFERENCIAS CORRENTES	382.372,00	1.310.079,80	1.237.804,10	1.159.681,90	1.159.681,90	72.275,70
Fundo de apoio ao CAU-UF	332.372,00	332.372,00	332.372,00	332.372,00	332.372,00	0,00
Convênios, contratos e patrocínio	50.000,00	183.679,80	111.404,10	33.281,90	33.281,90	72.275,70
Centro de Serviços Compartilhados	0,00	794.028,00	794.028,00	794.028,00	794.028,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	170.676,00	22.612,00	0,00	0,00	0,00	22.612,00
Reserva de Contingência	170.676,00	22.612,00	0,00	0,00	0,00	22.612,00
<b>CREDITO DISPONÍVEL - DESPESA CAPITAL</b>	<b>2.500.000,00</b>	<b>2.500.000,00</b>	<b>308.134,44</b>	<b>204.250,45</b>	<b>204.250,45</b>	<b>2.191.865,56</b>
INVESTIMENTOS	2.500.000,00	2.500.000,00	308.134,44	204.250,45	204.250,45	2.191.865,56
Obras, instalações e reformas	1.053.000,00	1.053.000,00	40.596,00	40.596,00	40.596,00	1.012.404,00
Equipamentos e materiais permanentes	1.037.000,00	1.037.000,00	258.548,45	163.654,45	163.654,45	778.451,55
Intangível	410.000,00	410.000,00	8.989,99	0,00	0,00	401.010,01
<b>SUB-TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>13.128.175,00</b>	<b>12.992.065,47</b>	<b>9.311.912,07</b>	<b>9.075.257,97</b>	<b>9.049.982,07</b>	<b>3.680.153,40</b>
<b>SUPERÁVIT</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>506.666,51</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(506.666,51)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>13.128.175,00</b>	<b>12.992.065,47</b>	<b>9.818.578,58</b>	<b>9.075.257,97</b>	<b>9.049.982,07</b>	<b>3.173.486,89</b>

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR**  
**CNPJ: 14.804.099/0001-99****Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2017****2.4 – Demonstrativo das Variações Patrimoniais**  
**(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)**

	31/12/2017	31/12/2016		31/12/2017	31/12/2016
<b>VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA</b>	<b>10.559.659,60</b>	<b>11.109.963,40</b>	<b>VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA</b>	<b>10.751.371,76</b>	<b>7.927.057,45</b>
<b>CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>3.949.038,31</b>	<b>4.771.997,39</b>	<b>PESSOAL E ENCARGOS</b>	<b>4.377.454,37</b>	<b>3.649.443,82</b>
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.949.038,31	4.771.997,39	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	3.786.035,30	3.214.607,22
Contribuições sociais	3.949.038,31	4.771.997,39	Remuneração a pessoal - RPPS	3.786.035,30	3.214.607,22
			ENCARGOS PATRONAIS	0,00	0,00
<b>EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS DIRETOS</b>	<b>5.374.781,92</b>	<b>4.920.360,74</b>	Encargos Patronais - RPPS	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	5.374.781,92	4.920.360,74	BENEFÍCIOS A PESSOAL	591.419,07	434.836,60
Valor bruto de Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	5.374.781,92	4.920.360,74	Benefícios a pessoal - RPPS	591.419,07	434.836,60
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS</b>	<b>1.220.753,68</b>	<b>1.407.173,61</b>	<b>USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO</b>	<b>3.879.352,22</b>	<b>4.153.751,03</b>
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	1.220.753,68	1.407.173,61	USO DE MATERIAL EM CONSUMO	78.764,44	66.462,72
Multas sobre anuidades	1.107.503,48	1.299.604,00	Consumo de Material	78.764,44	66.462,72
Juros e encargos de mora	106.228,60	63.225,35	SERVIÇOS	3.380.805,49	3.882.816,99
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	7.021,60	44.344,26	Diárias	522.921,21	446.033,30
			Serviços de Terceiros - Pessoa Física	643.043,40	511.271,33
<b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>15.085,69</b>	<b>10.431,66</b>	Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.214.840,88	2.925.512,36
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	89,75	0,00	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	419.782,29	204.471,32
Receitas não identificadas	89,75	0,00	Depreciação	419.782,29	204.471,32
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	14.995,94	10.431,66			
Variações patrimoniais aumentativas decorrentes de fatos diversos	0,00	1.718,04	<b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</b>	<b>1.159.681,90</b>	<b>123.862,60</b>
Indenizações	14.995,94	8.713,62	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.159.681,90	123.862,60
			Transferências intragovernamentais	1.159.681,90	123.862,60
			<b>DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS</b>	<b>1.054.883,27</b>	<b>0,00</b>
			REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PERDAS	1.054.883,27	0,00
			Variação Patrimonial Diminutiva com Provisão p/ Perdas Crédito	1.054.883,27	0,00
			<b>OUTROS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>280.000,00</b>	<b>0,00</b>
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	280.000,00	0,00
			Variações Patrimoniais Diminutivas Decor. Fatos Ger. Diversos	280.000,00	0,00
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS</b>	<b>10.559.659,60</b>	<b>11.109.963,40</b>	<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS</b>	<b>10.751.371,76</b>	<b>7.927.057,45</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>					
<b>DÉFICIT DO EXERCÍCIO</b>	<b>191.712,16</b>	<b>0,00</b>	<b>SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO</b>	<b>0,00</b>	<b>3.182.905,95</b>
<b>TOTAL</b>	<b>10.751.371,76</b>	<b>11.109.963,40</b>	<b>TOTAL</b>	<b>10.751.371,76</b>	<b>11.109.963,40</b>

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR**  
**CNPJ: 14.804.099/0001-99**

**Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2017**

**2.5 – Demonstrativo dos Fluxos de Caixa**  
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>INGRESSOS</b>		
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>9.818.578,58</b>	<b>9.191.830,14</b>
<b>Receitas de Contribuições</b>	<b>3.207.957,29</b>	<b>2.855.472,33</b>
Anuidades	3.207.957,29	2.855.472,33
<b>Receitas de Serviços</b>	<b>5.374.781,92</b>	<b>4.920.068,82</b>
Emolumentos com Expedições de Certidões	30.797,27	32.058,77
Emolumentos com Registro de Responsabilidade Técnica - RRT	5.341.592,75	4.886.463,73
Receitas Diversas de Serviços	2.391,90	1.546,32
<b>Financeiras</b>	<b>1.209.646,46</b>	<b>1.405.469,37</b>
Juros de Mora sobre Multas de Infrações	95.121,38	61.229,19
Atualização Monetária	1.114.525,08	1.344.240,18
<b>Transferências Correntes</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>26.192,91</b>	<b>10.819,62</b>
Receitas não Identificadas	89,75	0,00
Indenizações e Restituições	14.995,94	8.713,62
Multa de infrações	11.107,22	2.106,00
<b>Ingressos Extraorçamentários</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros Ingressos</b>	<b>1.854.259,94</b>	<b>3.817.238,65</b>
<b>DESEMBOLSOS</b>		
<b>CRÉDITO EMPENHADO - PAGO</b>	<b>9.049.982,07</b>	<b>7.620.804,33</b>
<b>Despesa Corrente</b>	<b>8.845.731,62</b>	<b>7.353.796,39</b>
Pessoal	4.445.886,39	3.658.789,69
Material de Consumo	74.651,59	66.462,72
Serviços de Terceiros - Pessoa Física	611.655,21	471.191,90
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.262.357,01	2.789.877,94
Encargos Diversos	285.385,99	241.749,46
Despesas de Exercícios Anteriores	6.113,53	1.862,08
Transferências Correntes	1.159.681,90	123.862,60
<b>Outros Desembolsos</b>	<b>1.914.704,40</b>	<b>3.268.669,05</b>
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>912.402,50</b>	<b>2.386.603,35</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
<b>INGRESSOS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESEMBOLSOS</b>		
<b>Crédito Empenhado Pago</b>	<b>204.250,45</b>	<b>267.007,94</b>
Investimentos	204.250,45	267.007,94
<b>Crédito Empenhado Liquidado</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Investimentos	0,00	0,00
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>204.250,45</b>	<b>267.007,94</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>INGRESSOS</b>		
<b>DESEMBOLSOS</b>		
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>708.152,05</b>	<b>2.119.595,41</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>9.298.204,75</b>	<b>7.178.609,34</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL</b>	<b>10.006.356,80</b>	<b>9.298.204,75</b>



---

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR**

**CNPJ: 14.804.099/0001-99**

**Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2017**

**2.6 – Notas Explicativas as demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017**

(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

**1. Contexto Operacional**

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

O CAU/PR é uma autarquia vinculada à Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral do CAU aprovado pela Resolução CAU/BR nº 139/2017 e Regimento Interno do CAU/PR.

O Conselho está localizado na Av. Nossa Sra. Da Luz, 2530 – Alto da XV – Curitiba-PR.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 08 de março de 2018.

**2. Apresentação das demonstrações contábeis**

**2.1. Base de preparação**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) – Demonstrações Contábeis.

**2.2. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituídas.



### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

### 2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 3.4*), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (*Nota 3.2.1*) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 3.8*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação

## 3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1), ressaltam-se:

### 3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

### 3.2 Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

#### 3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

**a) Implantação de política contábil em 2017** – Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais –



PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/PR procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017.

**b) Base de mensuração** – Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017.

**c) Julgamento pela aplicação** – Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/PR, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

#### **d) Reflexo patrimonial comparativo**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Créditos de Anuidades	3.180.943,60	2.439.862,58
( - ) Perdas de Devedores Duvidosos	(2.358.351,59)	0,00

Do montante de R\$ 2.358.351,59 do ajuste contábil implantado em 2017, somente o valor de R\$ 1.054.883,27, incidente sobre os créditos de anuidades de 2017, foi registrado como variação patrimonial diminutiva do exercício do balanço, portanto não afetando o resultado patrimonial de 2017. O restante de R\$ 1.303.468,32 incidentes sobre créditos de anuidades dos exercícios de 2012 a 2016 foi registrado como “Ajustes de Exercício Anteriores” reduzindo diretamente os Resultados Acumulados no Patrimônio Líquido do Conselho.

### **3.3 Estoques**

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

### **3.4. Imobilizado**

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/PR segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.



A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<b>Anos</b>	<b>Valor Residual</b>
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos de uso administrativo	8	10%
Veículos de uso da fiscalização	5	10%
Máquinas e equipamentos	5	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Biblioteca	10	0%
Utensílios de copa e cozinha	5	10%
Sistemas de processamento de dados	10	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

### **3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

### **3.6. Outros ativos e passivos**

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

### **3.7. Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo



classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### 3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

**Implantação de política contábil em 2017** – Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/PR procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.

**Base de mensuração** – O CAU/PR adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

**Reflexo patrimonial comparativo**

	2017	2016
Provisões para Riscos Cíveis a Curto Prazo	0,00	0,00
Provisões para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	(20.000,00)	0,00
Provisões para Riscos Cíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	(260.000,00)	0,00
<b>Total</b>	<b>(280.000,00)</b>	<b>0,00</b>

Do montante de R\$ 280.000,00 da variação patrimonial diminutiva decorrente das provisões registradas em 2017, R\$ 90.000,00 referem-se a ações ajuizadas em exercícios anteriores, registradas de forma acumulada, alterando o efetivo resultado patrimonial de 2017, conforme detalhado na nota explicativa 3.12.

**3.9. Balanço Patrimonial**

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

**3.10. Balanço Orçamentário**

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

**3.11. Balanço Financeiro**

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

**3.12. Demonstração das variações patrimoniais**

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.



## Resultado Patrimonial Efetivo

Face às implantações de políticas contábeis em 2017, de Provisões para Contingências detalhadas na nota explicativa 3.8, demonstra-se a seguir o Resultado Patrimonial de 2017 efetivo, escoimado dos reflexos das variações patrimoniais diminutivas (VPD) relativas a exercícios anteriores registradas acumuladamente em 2017.

<b>RESULTADO PATRIMONIAL 2017</b>	
Déficit Patrimonial demonstrado	(192.712,16)
+ Montante das VPD ref. Provisões p/Contingências exercícios Anteriores	1.054.883,27
<b>RESULTADO PATRIMONIAL EFETIVO 2017</b>	
<b>Superávit Patrimonial</b>	<b>857.171,11</b>

### 3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

## 4. Gestão de risco financeiro

### 4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

#### a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

- i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e
- ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

#### b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

#### c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa	3.694,89	1.673,02
Banco conta movimento	0,00	50,00
Aplicações financeiras	<u>10.002.661,91</u>	<u>9.296.481,73</u>
	<u>10.006.356,80</u>	<u>9.298.204,75</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

### 6. Créditos de Anuidades

Créditos de anuidades do exercício	1.422.826,10	1.083.421,38
Créditos de anuidades de exercícios anteriores	1.758.117,50	1.356.441,20
( - ) Provisão para devedores duvidosos	<u>(2.358.351,59)</u>	<u>0,00</u>
	<u>822.592,01</u>	<u>2.439.862,58</u>

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
A vencer	0,00	0,00
Vencidos	3.180.943,60	2.493.863,00
Até 30 dias	0,00	0,00
De 31 a 60 dias	0,00	0,00
De 61 a 90 dias	0,00	0,00
De 91 a 180 dias	0,00	0,00
Perda estimada com crédito de liquidação	(2.358.351,59)	0,00
	<b>822.592,01</b>	<b>2.493.863,00</b>

A Entidade registra a provisão de 74,14% para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

## 7. Estoques

A Entidade não possui controle e apuracidade de estoque, devido ao baixo volume de compras para material de expediente e limpeza.

## 8. Valores a recuperar

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Diárias a compensar	123,40	0,00
Depósito de fiança	8.700,00	0,00
IR e IOF sobre aplicação financeira a recuperar	1.088,90	1.088,90
Cota Parte a receber	196,74	515,47
Outros Impostos a recolher	0,00	0,00
	<b>10.109,04</b>	<b>1.604,37</b>

## 9. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas antecipadamente

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Adiantamento de férias	45.762,04	25.998,31
	<b>45.762,04</b>	<b>25.998,31</b>

## 10. Imobilizado

	<b>Custo</b>	<b>Dep. Acumulada</b>	<b>Líquido</b>	
			<b>2017</b>	<b>2016</b>
Terrenos	4.500.000,00	(345.000,00)	4.155.000,00	4.500.000,00
Instalações	127.215,58	(52.307,50)	74.908,08	85.393,53
Veículos	365.928,00	(100.361,61)	265.566,39	274.618,21
Móveis e Utensílios	186.706,12	(72.474,58)	114.231,54	68.203,13
Equipamentos de Informática	496.425,07	(216.835,31)	279.589,76	170.333,89
Obras em andamento	89.550,72	(10.134,46)	79.416,26	48.954,72
Outros	223.719,05	(157.744,05)	65.975,00	77.523,74
<b>Total</b>	<b>5.989.544,54</b>	<b>(954.857,51)</b>	<b>5.034.687,03</b>	<b>5.225.027,22</b>

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

	31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2017
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imóveis	4.500.000,00	0,00	0,00	(345.000,00)	4.155.000,00
Instalações	127.215,58	0,00	0,00	(52.307,50)	74.908,08
Veículos	365.928,00	0,00	0,00	(100.361,61)	265.566,39
Móveis e Utensílios	186.706,12	0,00	0,00	(72.474,58)	114.231,54
Equipamentos de Informática	332.770,62	163.654,45	0,00	(216.835,31)	279.589,76
Obras em andamento	48.954,72	40.596,00	0,00	(10.134,46)	79.416,26
Outros	223.719,05	0,00	0,00	(157.744,05)	65.975,00
<b>Total</b>	<b>5.785.294,09</b>	<b>204.250,45</b>	<b>0,00</b>	<b>(954.857,51)</b>	<b>5.034.687,03</b>

## 11. Intangível

	31/12/2016	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2017
Softwares	79.261,16	0,00	0,00	(25.191,25)	54.069,91
Outros Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>79.261,16</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(25.191,25)</b>	<b>54.069,91</b>

## 12. Fornecedores a pagar

	2017	2016
Prestação de serviços	20.052,44	22.359,33
Fornecedor de materiais	4.442,86	9.900,00
Outros fornecedores	1.110,60	0,00
<b>Total</b>	<b>25.605,90</b>	<b>32.259,33</b>

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
A vencer	3.516,85	0,00
Vencidos	0,00	0,00
Até 30 dias	21.759,04	32.259,00
De 31 a 60 dias	0,00	0,00
De 61 a 90 dias	0,00	0,00
De 91 a 180 dias	0,00	0,00
	<b>25.275,89</b>	<b>32.259,00</b>

### 13. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Provisão para férias e encargos sociais	511.010,15	385.641,48
Contingencias Judiciais Trabalhistas a Curto Prazo	20.000,00	0,00
INSS a recolher	317,95	317,95
IRRF a recolher	25,86	32,53
Contribuição Sindical	68,55	68,55
Devolução de depósitos em conta banco	90,10	0,16
<b>Total</b>	<b>531.512,61</b>	<b>386.060,67</b>

### 14. Demais obrigações a Curto Prazo

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
INSS	317,95	317,95
IRRF/COFINS/CLSS/PIS A RECOLHER	25,86	32,53
Contribuição Sindical - Anual	68,55	68,55
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	0,35	0,16
Depósitos equivocados em conta banco	89,75	0,00
<b>Total</b>	<b>502,46</b>	<b>419,19</b>

### 15. Provisão para riscos processuais

A Entidade é parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão assim representadas:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Trabalhistas	280.000,00	0,00
Cíveis	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>280.000,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Trabalhistas a curto prazo	20.000,00	0,00
Cíveis	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Trabalhistas a longo prazo	260.000,00	0,00
Cíveis	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>260.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total da provisão</b>	<b>280.000,00</b>	<b>0,00</b>



### **a. Natureza das contingências**

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

### **b. Descrição das contingências**

O conselho figura em 4 ações trabalhistas de ex-funcionários sendo constituído provisão para contingências dos autos:

Nº 0000442-75.2017.5.09.0007 – Provisão de contingências R\$ 100.000,00

Nº 0000252-75.2017.5.09.0084 – Provisão de contingências R\$ 90.000,00

Nº 0002300-94.2015.5.09.0013 – Provisão de contingências R\$ 70.000,00

Nº 0001116-58.2014.5.09.0007 – Provisão de contingências R\$ 20.000,00

Totalizando R\$ 280.000,00

### **c. Natureza Possível**

No exercício de 2017 não foi constatado nenhum processo considerado como possível

## **16. Partes relacionadas**

A Entidade em 31 de dezembro de 2017 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/PR, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2017 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

### **a. Patrimônio Líquido**

Ao final do exercício 2017 o Patrimônio Líquido encerrou com saldo de R\$ 15.156.458,31 composto pelo superávit ou déficits acumulados de exercícios anteriores, superávits ou déficits do exercício e ajustes de exercícios anteriores.

	<u>2017</u>
Superávit Acumulado de Exercícios Anteriores	16.651.638,79
Ajuste de Exercícios Anteriores	(1.303.468,32)
Déficitis do Exercício	<u>(191.712,16)</u>
<b>Total</b>	<b><u>15.156.458,31</u></b>

## 17. Despesas por natureza

<b>Classificação por natureza</b>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Depreciação e amortização	419.782,29	204.471,32
Despesas com pessoal	4.377.454,37	3.649.443,82
Despesas com contratação de terceiros	2.857.884,28	3.436.783,69
Impostos, taxas e contribuições	30.838,49	27.117,03
Outras receitas e despesas	3.065.412,33	609.241,59
	<b><u>10.751.371,76</u></b>	<b><u>7.927.057,45</u></b>

## 18. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

<b>Resultado Patrimonial</b>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	10.559.659,60	11.109.963,40
(-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	<u>(10.751.371,76)</u>	<u>(7.927.057,45)</u>
<b>(=) Superávit Patrimonial apurado</b>	<b><u>(191.712,16)</u></b>	<b><u>3.182.905,95</u></b>
<b>Resultado Orçamentário</b>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita Orçamentária Arrecadada	9.818.578,58	9.191.830,14
(-) Despesas Empenhadas	<u>(9.311.912,07)</u>	<u>(7.653.063,66)</u>
<b>(=) Superávit Orçamentário Apurado</b>	<b><u>506.666,51</u></b>	<b><u>1.538.766,48</u></b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo Disponível Apurado	10.006.356,80	9.298.204,75
(-) Passivo Financeiro	<u>(26.108,37)</u>	<u>(32.678,52)</u>
<b>(=) Superávit Financeiro Apurado</b>	<b><u>9.980.248,43</u></b>	<b><u>9.265.526,23</u></b>

## 19. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2017, é assim demonstrada:



---

<b>Item</b>	<b>Tipo de cobertura</b>	<b>Importância segurada</b>
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	7.725.000,00
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 8 veículos	328.113,00
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais	

## **20. Relacionamento com os auditores independentes**

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

## **21. Eventos subsequente**

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.



### 3 – Comentários sobre exame nos registros contábeis e controles internos

Fomos contratados no exercício de 2019, para exame das demonstrações contábeis e controles internos dos exercícios de 2012 a 2019. Alguns procedimentos de auditoria ficam inviáveis em função da tempestividade do trabalho. Nossos comentários elaborados a seguir são baseados na documentação da época.

Este relatório contempla nossos comentários sobre as informações contábeis do exercício de 2017 e levaram em consideração aos saldos apresentados nas demonstrações contábeis do CAU/PR, exame de documentos físicos e controles internos que suportam os registros.

Devido ao lapso temporal de nossa contratação e o exercício analisado, alguns exames e procedimentos de auditoria ficaram fragilizados e limitados a buscas de informações na documentação contábil e site do CAU/PR.

Nos itens que seguem arrolamos aqueles comentários que julgamos oportuno em cada situação em específico, considerando a documentação, informações e controles que nos foram fornecidos.

#### 3.1 – Bancos c/ movimento

Saldos contábeis do grupo de contas se encontravam zerados em 31/12/2017. Examinamos a movimentação das contas no exercício, destacando:

- **Banco do Brasil S/A c/c 56.987-9:** Examinamos a movimentação da conta, efetuando confronto com extratos bancários e documentação comprobatória constatando que a conta é utilizada para recebimentos de anuidades e RRT, assim como pagamentos realizados.

Constatamos que os saldos bancários diários se encontravam zerados em extrato bancário, sendo efetuados resgates de valores de aplicação diariamente conforme a necessidade.

- **Caixa Econômica Federal c/c 4.158-4:** Confrontamos o extrato bancário com registros contábeis, não constatamos divergências.

#### 3.2 – Disponibilidade imediata

Composição de saldo em 31/12/2017:

Contas	R\$
Caixa	3.694,89
<b>Total</b>	<b>3.694,89</b>

Na análise dos documentos e movimentações do caixa verificamos que constam os pagamentos em espécie como saída e as entradas de recursos que se dão por meio de cheques emitidos e receitas de fotocópias.

Verificamos que no balancete a conta "caixa" está abaixo da conta "bancos", como as contas devem ser apresentadas de acordo com sua liquidez, recomendamos que a conta "caixa" esteja antes dos bancos.

### 3.3 – Bancos c/ vinculada a aplicações financeiras

Composição de saldo em 31/12/2017:

<b>Contas</b>	<b>R\$</b>
Banco do Brasil S/A - Aplic. BB CDI DI	0,00
Caixa Econômica Federal Aplic. CDB c/c 4.158-4	3.993.857,12
Caixa Econômica Federal Aplic. c/a 4.158-4 FIC Giro	69.016,73
Banco do Brasil C.A. 056.987-9 BB CP Admin Diferenciado	4.718.575,62
Caixa Econômica Federal Aplic. CDB Flex Empresarial	1.221.212,44
<b>Total</b>	<b>10.002.661,91</b>

Examinamos os saldos contábeis apresentados, efetuando confronto com extratos bancários do período, verificando a contabilização de aplicações, rendimentos e resgates.

No exame dos saldos contábeis apresentados, não foram encontradas irregularidades.

### 3.4 – Créditos tributários a receber - Anuidades

Composição de saldo em 31/12/2017:

<b>Contas</b>	<b>R\$</b>
<b>Créditos a Receber - do exercício anterior</b>	<b>1.758.117,50</b>
Pessoa Física	881.574,32
Pessoa Jurídica	876.543,18
<b>Créditos a Receber - do exercício</b>	<b>1.422.826,10</b>
Pessoa Física	898.790,22
Pessoa Jurídica	524.035,88
<b>( - ) Provisão de créditos a curto prazo</b>	<b>(2.358.351,59)</b>
( - ) Provisão para devedores duvidosos	(2.358.351,59)
<b>Total</b>	<b>822.592,01</b>

Salientamos que os valores não possuem relatório sistêmico para validação dos saldos apresentados em ambas as contas. As informações sobre cobranças estão em planilhas eletrônicas, que são trabalhadas juntamente com o sistema SICCAU.

Foi nos apresentada planilha eletrônica com a composição de autos de infração, que conforme nos foi informado, estão sendo cobrados a partir no exercício de 2020, gerando boletos para que seja possível executar o valor.

Observamos que os valores não estão contabilizados em conta de dívida ativa.



- **Créditos a Receber do Exercício Anterior - Anuidades pessoa física:** No dia 02/01/2017 foi efetuado lançamento no valor de R\$ 640.570,50 referente a anuidades do exercício de 2016. Constatamos ainda contabilizações de recebimentos de valores de períodos anteriores (2012 a 2016) durante o exercício de 2017.

- **Créditos a Receber do Exercício Anterior - Anuidades pessoa jurídica:** No dia 02/01/2017 foi efetuado lançamento no valor de R\$ 442.850,88 referente a anuidades do exercício de 2016. Constatamos ainda contabilizações de recebimentos de valores de períodos anteriores (2012 a 2016) durante o exercício de 2017.

- **Créditos a Receber do exercício – Anuidades pessoa física:** No dia 02/01/2017 foi efetuado lançamento no valor de R\$ 2.587.323,00 referente a anuidades a receber, assim como o valor de R\$ 640.570,50 referente a anuidades do exercício de 2016. Constatamos ainda contabilizações de recebimentos de valores de períodos anteriores (2012 a 2016) durante o exercício de 2017.

Constatamos ainda lançamento no valor de R\$ 751.371,92 no dia 29/12/2017 referente a ajuste de receitas a receber de anuidade 2017.

- **Créditos a Receber do exercício – Anuidades pessoa física:** No dia 02/01/2017 foi efetuado lançamento no valor de R\$ 647.435,00 referente a anuidades a receber, assim como o valor de R\$ 442.850,88 referente a anuidades do exercício de 2016. Constatamos ainda contabilizações de recebimentos de valores de períodos anteriores (2012 a 2016) durante o exercício de 2017.

Constatamos ainda lançamento no valor de R\$ 275.133,03 no dia 29/12/2017 referente a ajuste de receitas a receber de anuidade 2017.

- **( - ) Provisão para devedores duvidosos:** Constatamos que foram efetuados os seguintes lançamentos em 29/12/2017:

Provisão de PDD sugerido pelo CAU/BR em 74,14% das anuidades a receber PJ de 2012 a 2016	649.869,12
Provisão de PDD sugerido pelo CAU/BR em 74,14% das anuidades a receber PF de 2012 a 2016	653.599,20
Provisão de PDD sugerido pelo CAU/BR em 74,14% das anuidades a receber PJ 2017	388.520,20
Provisão de PDD sugerido pelo CAU/BR em 74,14% das anuidades a receber PF 2017	666.363,07
<b>Total</b>	<b>2.358.351,59</b>

Os valores referentes aos exercícios de 2012 a 2016 foram contabilizados em conta de ajustes de exercícios anteriores, já os valores do exercício de 2017 foram contabilizados em conta de resultado, grupo de "desvalorização e perda de ativos".

### 3.5 – Adiantamentos concedidos a pessoal e a terceiros

Composição de saldo em 31/12/2017:

Contas	R\$
Diárias de funcionários a compensar	123,40
Depósito de fiança	8.700,00
<b>Total</b>	<b>8.823,40</b>

- **Diária de funcionários a compensar:** Constatamos a seguinte composição de saldo:

Data	Histórico	R\$
28/06/2017	Estorno do pagamento 1317 pago a Claudia Cristina Taborda Dudeque, empenho 881	1.234,00
24/04/2017	Pago a Claudia Cristina Taborda Dudeque, liquidação 1353 do empenho 943	(740,40)
24/04/2017	Pago a Claudia Cristina Taborda Dudeque, liquidação 1354 do empenho 944	(370,20)
	<b>Saldo da conta</b>	<b>123,40</b>

Os valores se encontravam pendentes em 31/12/2017.

- **Adiantamento de aluguéis:** Saldo apresentado em conta se refere a depósito de fiança para locação da regional em Guarapuava com a imobiliária Tratz e Cia efetuado no dia 30/06/2017.

### 3.6 – Tributos a recuperar / compensar

Composição de saldo em 31/12/2017:

Contas	R\$
IR e IOF sobre aplicações financeiras pagas indevidamente	1.088,90
<b>Total</b>	<b>1.088,90</b>

- **IR e IOF sobre aplicações financeiras pagas indevidamente:** Saldo contábil apresentado se refere a valores contabilizados no primeiro semestre de 2012 em conta, referente a IR e IOF indevido em função da isenção tributária.

Os valores foram retidos em contas de aplicações, sendo o valor mais relevante em extrato bancário do mês de março de 2012 nos valores de R\$ 2.186,70 de IR e R\$ 5.024,65 de IOF, devolvidos parcialmente posteriormente, permanecendo o saldo contábil desde o mês de junho de 2012.

### 3.7 – Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo

Composição de saldo em 31/12/2017:

Contas	R\$
Cota Parte - Estorno de Receitas	196,74
<b>Total</b>	<b>196,74</b>

Saldo se refere a valores devolvidos pelo banco nas cobranças realizadas, não possui composição da conta.

### 3.8 – Benefício a Pessoal a Apropriar

Composição de saldo em 31/12/2017:

Contas	R\$
Adiantamento de férias	45.762,04
<b>Total</b>	<b>45.762,04</b>

Saldo se refere ao pagamento de férias para os seguintes funcionários:

Data	Valor	Histórico
18/12/2017	2.775,58	Saldo férias a descontar em folha de Ligia Mara de Castro
18/12/2017	7.244,35	Saldo férias a descontar em folha de Antonio Carlos D. da Silva
18/12/2017	996,06	Saldo férias a descontar em folha de Jaqueline M. Kawasaki
18/12/2017	3.633,65	Saldo férias a descontar em folha de João Eduardo
18/12/2017	8.245,00	Saldo férias a descontar em folha de Guilherme Daltoé
18/12/2017	4.439,80	Saldo férias a descontar em folha de Claudemir R. de Souza
20/12/2017	2.775,59	Saldo férias a descontar em folha de Ana Paula Mocelin
22/12/2017	907,27	Saldo férias a descontar em folha de José F. da Silva
13/12/2017	5.953,77	Saldo férias a descontar em folha de Alex Sandro M. Monteiro
18/12/2017	905,51	Saldo férias a descontar em folha de Ana Paula dos Santos
18/12/2017	4.115,35	Saldo férias a descontar em folha de Alisson C. Geremias
18/12/2017	4.430,40	Saldo férias a descontar em folha de André F. Casagrande
<b>Total</b>	<b>46.422,33</b>	

Em relação ao saldo contábil, constatamos diferença no valor de R\$ 660,29 que se refere ao período aquisitivo de férias a descontar. Verificamos que os descontos ocorreram na folha de janeiro/2018.

### 3.9 – Prêmios de seguros a apropriar

Verificamos que no exercício ocorreu pagamento dos seguintes seguros:

Data	Valor	Histórico
26/05/2017	4.828,85	Renovação seguro Renault Duster, caixa seguradora
01/09/2017	2.740,00	Seguro diversos veículos
06/11/2017	10.300,00	Seguro imóveis sede e regionais

Salientamos que os seguros devem ser reconhecidos de acordo com sua vigência, ou seja, 1/12 avos mensalmente até seu encerramento.

### 3.10 – Almoxarifado

Não existem valores contabilizados em estoques na contabilidade do CAU/PR no exercício.

### 3.11 – Imobilizado

Composição de saldo em 31/12/2017:

<b>Bens Móveis</b>		<b>R\$</b>
Móveis e Utensílios		186.706,12
Máquinas e Equipamentos		217.794,66
Instalações		126.780,14
Utensílios de Copa e Cozinha		5.924,39
Veículos		365.928,00
Computadores e Periféricos		364.188,97
Impressoras		4.308,00
Diversos Equipamentos de Processam.		28.049,75
Equipamentos de Telefonia		24.075,35
Equipamentos e Sistemas de Segurança		29.623,20
Equipamentos de CPD e Periféricos		17.310,00
Equipamentos de áudio, vídeo e fotográfico		12.785,45
Acessórios para equipamentos de áudio, vídeo		3.668,85
Equipamentos de estúdio fotográfico		12.415,50
		<b>1.399.558,38</b>
<b>Bens Imóveis</b>		<b>R\$</b>
Edifícios		4.500.000,00
Obras em Andamento		89.550,72
Instalações		435,44
		<b>4.589.986,16</b>
<b>( - ) Depreciação Acumulada</b>		<b>R\$</b>
( - ) Dep. Acumulada Bens Móveis		(599.646,84)
( - ) Dep. Acumulada Bens Imóveis		(355.210,67)
		<b>(954.857,51)</b>
<b>Total Imobilizado</b>		<b>5.034.687,03</b>

- **Controle Patrimonial:** Confrontamos os saldos contábeis com o relatório do sistema de patrimônio, não sendo encontradas divergências.

Observamos que bens cadastrados no sistema de controle patrimonial que não são possíveis identificar por sua descrição, citando exemplos:

<b>Cód.</b>	<b>Descrição</b>	<b>Aquisição</b>	<b>Valor</b>
1140	Equipamentos diversos, instalações diversas	15/08/2013	17.171,70
1142	Máquinas, equipamentos instalações diversas	15/08/2013	7.386,28
1143	Máquinas, equipamentos instalações diversas	14/05/2013	29.041,47
1145	Máquinas, equipamentos instalações diversas	15/08/2013	6.254,52
1170	Equipamentos diversos, instalações diversas	14/05/2013	14.394,35
1171	Máquinas, equipamentos instalações diversas	14/05/2013	16.721,29
1181	Máquinas, equipamentos instalações diversas	14/05/2013	36.840,40
1192	Máquinas, equipamentos instalações diversas	15/08/2013	13.378,50

Estes bens relacionados se encontram na conta de máquinas e equipamentos.



Constatamos a inclusão de bens descritos como “instalações cabo” no valor de R\$ 3.500,00, “acabamentos” no valor de R\$ 800,00 e “cabo conversor” no valor de R\$ 66,45.

Observamos ainda inclusão de valores em relatório patrimonial de “instalações” não possuindo descrição.

Observamos ainda quanto a numeração dos bens, os códigos apresentados em relatório patrimonial não é a mesma numeração utilizada para o controle patrimonial fixado nas placas de identificação dos bens, observando intervalo que não constam no relatório, citando como exemplo bem nº 107, 109, 112, 113, entre outros.

Já quanto ao imóvel adquirido no exercício de 2015, até a presente data, apenas parte do imóvel adquirido está sendo utilizado, basicamente uma sala, estando a sede do Conselho no imóvel alugado. Salientamos ainda que o processo de aquisição do imóvel se encontra em discussão e apuração de fatos.

- **Aquisições:** No exercício de 2017 foram efetuadas diversas aquisições de imobilizado, citando como exemplo o montante total de R\$ 204.250,45 no grupo de bens móveis e imóveis, destacando os valores a seguir:

Data	Valor	Histórico
15/05/2017	21.900,00	Nota fiscal 4064 Luví Comercial Ltda
23/06/2017	76.846,00	Nota fiscal 4123 Luví Comercial Ltda
14/08/2017	9.189,90	Nota fiscal 4335 Bergamo & Cavalcante Informática
02/10/2017	11.899,00	Nota fiscal 4246 Luví Comercial Ltda
18/10/2017	14.949,75	Nota fiscal 434 IPCable Informática Ltda
18/10/2017	6.475,40	Nota fiscal 434 IPCable Informática Ltda
09/11/2017	4.254,75	Nota fiscal 443 IPCable Informática Ltda
09/11/2017	2.055,30	Nota fiscal 443 IPCable Informática Ltda
09/11/2017	3.668,85	Nota fiscal 443 IPCable Informática Ltda
09/11/2017	12.415,50	Nota fiscal 443 IPCable Informática Ltda
03/02/2017	26.396,00	Nota fiscal 31 S&R Adm. E Terceirização de Mão de Obra Ltda
02/10/2017	2.300,00	Nota fiscal 443 IPCable Informática Ltda
04/12/2017	11.900,00	Nota fiscal 115 Eran Urubatan Fraga - ME
<b>Total</b>	<b>204.250,45</b>	

Confrontamos os registros realizados com notas fiscais emitidas, não constatamos divergências. Demais contas não apresentaram movimentação no período em análise.

- **Baixas:** Não possui movimentação de baixa de bens no exercício.

- **Depreciações acumuladas:** Nas depreciações de bens móveis, constatamos que a partir do mês de março de 2017 a depreciação passou a ser contabilizada mensalmente, através da reversão do montante total de R\$ 560.266,47 e lançamentos de depreciação no valor de R\$ 475.038,20 e a partir desta competência, contabilização mensal de valores de depreciação.

Salientamos ainda que o relatório patrimonial apresenta o valor de depreciação acumulada divergente dos saldos contábeis, não sendo possível validar os valores apresentados.



Já quanto a depreciação de bens imóveis, foi constatado que no dia 31/03/2017 foi contabilizado o valor de R\$ 255.000,00 com histórico de depreciação de edifícios, sendo este valor referente a depreciação mensal de R\$ 15.000,00 período de 17 meses (novembro de 2015 a março de 2017). Ressalvamos, porém, que o valor total foi contabilizado em conta de resultado do exercício, sendo que o correto nestes casos, os valores de depreciação do período de 2015 e 2016 deveriam ter sido contabilizadas em conta de ajuste de exercícios anteriores para não distorcer o resultado apresentado no exercício de 2017. Identificamos ainda que não foram contabilizados os valores ainda das depreciações dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2017 valor total de R\$ 45.000,00, ressalvamos porém que o imóvel adquirido é uma UIP (unidade de interesse de preservação) e não deve ser depreciado, conforme NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão, não estão sujeitos ao regime de depreciação:

(a) bens móveis de natureza cultural, tais como obras de artes, antiguidades, documentos, bens com interesse histórico, bens integrados em coleções, entre outros;

Conforme comentado em relatório anterior, destacamos que a aquisição do imóvel ocorreu em 29/10/2015 no valor de R\$ 4.500.000,00.

### 3.12 – Intangível

Composição de saldo em 31/12/2017:

Contas	R\$
Licenças de Softwares	79.261,16
( - ) Amortização acumulada	(25.191,25)
<b>Total</b>	<b>54.069,91</b>

- **Licenças de Softwares:** O saldo contábil confere com relatório de bens imobilizados. No exercício de 2017 não houve movimentação de aquisições.

- **( - ) Amortização Acumulada:** Em relatórios anteriores comentamos a respeito de não estarem sendo contabilizado valores de amortização referente aos softwares. A partir do mês de março de 2017 passou a ser contabilizado valores mensais de amortização. Ressalvamos, porém, que o montante contabilização de amortização acumulada no valor de R\$ 18.661,12 foi toda contabilizada em conta de resultado do exercício de 2017, distorcendo assim o resultado apresentado.

### 3.13 – Pessoal a pagar

Saldo contábil se apresentava com saldo de R\$ 0,01 em 31/12/2017.

Examinamos a folha de pagamento efetuando revisão dos valores líquidos de pagamentos efetuados com os valores de líquidos a pagar da folha de pagamento.

Constatamos que os valores referentes a folha de pagamento do mês de dezembro de 2017 foram pagos em 15 de dezembro de 2017.



### 3.14 – Benefícios previdenciários a pagar

Saldo contábil se apresentava zerado em 31/12/2017. Examinamos as folhas de pagamento efetuando revisão das declarações legais e obrigatórias do exercício.

- **INSS:** Constatamos que a movimentação da conta se refere a INSS parte empresa da folha de pagamento mensal e INSS sobre serviços prestados mensalmente ao CAU/PR.

Verificamos que o valor de INSS competência dezembro de 2017 foi devidamente pago no próprio mês, no dia 20/12/2017.

Observamos quanto ao fato da classificação do CNAE 9412000 em declaração SEFIP que foi informada incorretamente a alíquota RAT ajustado, declarado em 1,00 quando o correto seria 3,00 até dezembro de 2014 e após de 1,50. Com isto, há diferença no percentual do RAT ajustado. Esta situação gerou aviso de regularização de contribuições previdenciárias pela Receita Federal, e cobrança de valores atrasados do período de 09/2013 a 13/2017, no montante de R\$ 110.588,26 mil pagos e reconhecidos na contabilidade em outubro de 2018.

Foi observado ainda que faltam retificar as SEFIP de janeiro de 2018 a agosto de 2018, período em que as declarações eram entregues pelo antigo contador, o qual não disponibilizou a base de dados destas declarações. Salientamos que tal situação também gerará débitos junto à receita federal.

- **FGTS:** Examinamos a conta e sua movimentação onde constatamos que se refere a FGTS sobre folha de pagamento mensal.

Verificamos que o valor de FGTS competência dezembro de 2017 foi devidamente pago no próprio mês, no dia 20/12/2017.

- **PIS s/ Folha Pagamento:** Examinamos os cálculos mensais de PIS a recolher sobre folha de pagamento, onde revisamos os valores de base de cálculos utilizados para o pagamento, onde constatamos a correta utilização da base de cálculo de INSS parte empresa aplicando o percentual de 1%.

Verificamos que o valor de FGTS competência dezembro de 2017 foi devidamente pago no próprio mês, no dia 20/12/2017.

### 3.15 – Fornecedores e contas a pagar

Composição de saldo em 31/12/2017:

Contas	R\$
Fornecedores Diversos	330,01
Restos a Pagar Processados	25.275,89
<b>Total</b>	<b>25.605,90</b>



- **Fornecedores Diversos:** No exame da movimentação contábil e saldo apresentado, constatamos que foi efetuado lançamento contábil de estorno do pagamento 1045 pago a Comercio de Vacinas Pato Branco LTDA ME, empenho 670, Transferência eletrônica , Nota Fiscal 201700000000160 ref. a Valor empenhado a Comercio de Vacinas Pato Branco LTDA ME, referente a pagamento de 3 vacinas da gripe e 3 exames periódicos para os funcionários (Ana Paula, Guilherme Daltoé e Karin). Correção de despesa duplicada pelo empenho nº 670 referente a vacinas e exames periódicos dos funcionários da regional de Londrina-PR, cujo pagamento foi realizado via suprimento de fundos nos meses de Maio e Junho, e conta corrente, onde o pagamento via banco é simplesmente a transferência de recurso para o caixa, conforme lançamento efetuado no dia 29/12/2017.

Em mesma data, observamos outros dois lançamentos nos valores de R\$ 165,01 e R\$ 160,00 também referente a lançamentos de estornos, sendo recomendada a revisão do saldo apresentado.

- **Restos a pagar processados:** Constatamos que no dia 29/12/2017 foram efetuados diversos lançamentos de provisão de saldo de despesas com água, telefone, energia elétrica e correios, conforme composição de saldo apresentada.

Observamos que ao final do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas que não foram pagas até 31 de dezembro, devem ser constituídas em restos a pagar, para fins de encerramento do correspondente exercício financeiro.

### 3.16 – Provisões para riscos trabalhistas a curto prazo

Composição de saldo em 31/12/2017:

Contas	R\$
Férias	393.084,88
INSS	82.547,91
FGTS	31.446,46
PIS/PASEP	3.930,90
Contingências Judiciais Trabalhistas	20.000,00
<b>Total</b>	<b>531.010,15</b>

- **Provisão de Férias, INSS, FGTS e PIS:** Constatamos movimentação mensal de valores contábeis de provisão de férias e encargos, confrontamos os saldos contábeis apresentados com o relatório de provisão de férias e encargos, não sendo encontradas divergências.

- **Contingências Judiciais Trabalhistas (curto prazo e longo prazo):** No exercício de 2017, foram contabilizados os seguintes valores:

Contas	R\$
Contingências judiciais trabalhistas a curto prazo	20.000,00
Contingências judiciais trabalhistas a longo prazo	260.000,00
<b>Total</b>	<b>280.000,00</b>



Conforme nota explicativa 3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas Implantação de política contábil em 2017 – Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/PR procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

Do montante de R\$ 280.000,00 da variação patrimonial diminutiva decorrente das provisões registradas em 2017, R\$ 90.000,00 referem-se a ações ajuizadas em exercícios anteriores, registradas de forma acumulada, alterando o efetivo resultado patrimonial de 2017, conforme detalhado na nota explicativa 3.12.

Localizamos comentário em relação ao provisões trabalhistas no relatório elaborado pela empresa BDO auditores, onde em circularização elaborada pela mesma apresenta os valores de R\$ 20.000,00 no curto prazo e R\$ 260.000,00 no longo prazo.

Ressalvamos que não nos foi apresentado relatório jurídico que embasou os lançamentos contábeis de provisões efetuadas, não sendo possível validar os saldos contábeis apresentados.

### 3.17 – Valores Restituíveis

Composição de saldo em 31/12/2017:

Contas	R\$
INSS	317,95
IRRF/COFINS/CSLL/PIS a recolher	25,86
Contribuição sindical - anual	68,55
Depósitos equivocados em conta banco	0,35
Devolução de transferências bancárias	89,75
<b>Total</b>	<b>502,46</b>

- **INSS:** Saldo apresentado em conta possui valor de INSS de férias empenhado a Tiago Kovascki Borges Polippo, contabilizado em 18/12/2014 no valor de R\$ 162,80, assim como valores pendentes no exercício de 2015 no montante de R\$ 155,15 que não foi possível identificar.

No exame da movimentação da conta, os valores se referem a INSS de funcionários das folhas de pagamento mensais e retenções sobre notas fiscais de prestadores de serviços, que



conforme comentado em conta de INSS patronal, revisamos os valores declarados mensalmente com os valores pagos, constatando que o valor a recolher da folha competência dezembro de 2017, foi recolhido no próprio mês.

- **IRRF:** Saldo contábil se encontrava zerado na data. Examinamos a movimentação que se refere a valores retidos em folhas de pagamentos mensais dos funcionários e notas fiscais de prestadores de serviços no decorrer do exercício.

Revisamos os valores contabilizados com as folhas de pagamento, através de amostragem, não sendo encontradas divergências.

- **IRRF/COFINS/CSLL/PIS a Recolher:** Saldo contábil apresentado não foi possível identificar. No exame da movimentação da conta, constatamos que se referem a retenções federais de órgão público (9,45%) a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras.

Revisamos os valores contabilizados com os respectivos pagamentos e notas fiscais, através de amostragem.

- **Contribuição sindical anual:** Saldo apresentado em conta se refere a contribuição sindical em folha de pagamento do mês de novembro de 2016, em aberto em 31/12/2017.

### 3.18 – Patrimônio

Composição de saldo em 31/12/2017:

Contas	R\$
Resultado Acumulados	15.156.458,31
<b>Total</b>	<b>15.156.458,31</b>

Saldo apresentado em conta se refere ao resultado acumulado apurado ao final do exercício de 2017, assim composto:

Superávit exercício 2012	5.237.201,89
Superávit exercício 2013	2.705.384,49
Superávit exercício 2014	3.191.302,68
Superávit exercício 2015	2.334.843,78
Superávit exercício 2016	3.182.905,95
Déficit exercício 2017	(191.712,16)
Ajustes de exercícios anteriores - 2017	(1.303.468,32)
<b>Resultado Acumulado</b>	<b>15.156.458,31</b>

Não foram encontradas irregularidades.

### 3.19 – Receitas

Composição de saldo em 31/12/2017:

<b>Receita Orçamentária</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>Variação</b>
Contribuições	3.949.038,31	4.771.997,39	822.959,08
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	5.374.781,92	4.920.360,74	(454.421,18)
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	1.220.753,68	1.407.173,61	186.419,93
Outras variações patrimoniais aumentativas	15.085,69	10.431,66	(4.654,03)
<b>Total Receitas</b>	<b>10.559.659,60</b>	<b>11.109.963,40</b>	<b>550.303,80</b>

Examinamos as movimentações das contas de receitas, efetuando confronto com relatório financeiro de receitas.

Receitas com serviços se encontram contabilizadas receitas com emolumentos com registro de responsabilidade técnica - RRT no exercício, a qual se refere a receita mais relevante do exercício no montante de R\$ 5.317.467,95.

### 3.20 – Despesas

Composição de saldo em 31/12/2017:

<b>Variação Patrimonial Diminutiva</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>Variação</b>
Pessoal e Encargos Sociais	(4.377.454,37)	(3.649.443,82)	728.010,55
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	(3.879.352,22)	(4.153.751,03)	(274.398,81)
Transferências Concedidas	(1.159.681,90)	(123.862,60)	1.035.819,30
Desvalorização e Perda de Ativos	(1.054.883,27)	0,00	1.054.883,27
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	(280.000,00)	0,00	280.000,00
<b>Total Receitas</b>	<b>(10.751.371,76)</b>	<b>(7.927.057,45)</b>	<b>2.824.314,31</b>

Examinamos as movimentações contábeis, efetuando confronto com documentação comprobatórias, empenhos e extratos bancários do período.

As despesas mais relevantes se referem a:

Salários	(2.310.143,36)
Serviços de Segurança Predial e Preventiva	(619.487,11)
Locação de bens imóveis	(475.424,32)
Serviços de Eventos	(389.385,40)
Diárias - Conselheiros	(328.009,91)
<b>Total</b>	<b>(4.122.450,10)</b>

Conforme comentado em relatórios anteriores, no exame da documentação constatamos novamente a falta de notas de despesas, empenho e liquidações.



No grupo de contas “desvalorização e perda de ativos” se referem aos valores de provisão para perdas de créditos de anuidades pessoas físicas e jurídicas, constituídas no exercício de 2017. Já na conta de “outras variações patrimoniais diminutivas” se referem aos valores de provisão para contingências judiciais trabalhistas, também constituídas no exercício de 2017.

Ressalvamos quanto aos valores de depreciações de imóveis lançadas em contas de resultado no exercício de 2017, que se referem a valores calculados com origem em exercícios anteriores, citando como exemplo a depreciação do imóvel, período de outubro de 2015 a dezembro de 2016 no montante de R\$ 210.000,00, assim como não foi contabilizado a depreciação nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2017 que somam o valor de R\$ 45.000,00.

Salientamos ainda quanto a provisão para riscos trabalhistas, do montante de R\$ 280.000,00 da variação patrimonial diminutiva decorrente das provisões registradas em 2017, R\$ 90.000,00 referem-se a ações ajuizadas em exercícios anteriores, registradas de forma acumulada, alterando o efetivo resultado patrimonial de 2017.

#### 4 – Declarações Legais e Obrigatórias

Examinamos as declarações do exercício, constatando as seguintes situações:

- **SEFIP mensais:** Localizamos nas pastas de documentos contábeis, SEFIP mensais entregues e devidos protocolos.

Salientamos ainda quanto classificação do percentual da alíquota RAT incorreta, conforme já comentado neste relatório.

- **DCTF mensais:** Examinamos as declarações mensais, não sendo encontradas irregularidades.

- **CAGED mensais:** Não foram localizadas/apresentadas. Tem por finalidade o registro de admissões e demissões e o prazo de entrega é até o dia 07 do mês subsequente, o enviou ou entrega fora do prazo sujeitara ao pagamento de multa.

- **RAIS exercício 2017:** Não foram localizadas/apresentadas. Tem por objetivo dar suprimento às necessidades de controle da atividade trabalhista no país, o atraso na entrega da declaração, omissão ou declaração falsa ou inexata, sujeita o estabelecimento à multa, conforme determina a Portaria nº 14, de 10 de fevereiro de 2006, alterada pela Portaria nº 688, de 24 de abril de 2009

- **DIRF exercício 2017:** Possui data de entrega datada de 13/03/2018, tipo de declaração retificadora, conforme consulta realizada pelo CAU PR ao site da Receita Federal.

#### 5 – Orçado X Realizado

Na verificação do balanço orçamentário, constatamos os seguintes valores de receitas e despesas orçamentárias:



	<b>Previsão Inicial</b>	<b>Previsão Atualizada</b>	<b>Receitas Realizadas</b>	<b>Saldo</b>
<b>Receitas</b>	<b>13.128.175,00</b>	<b>12.992.065,47</b>	<b>9.818.578,58</b>	<b>(3.173.486,89)</b>
Receitas de contribuições	3.234.758,00	3.366.229,00	3.207.957,29	(158.271,71)
Receitas de serviços	6.144.069,00	5.636.003,42	5.374.781,92	(261.221,50)
Financeiras	1.249.348,00	1.486.808,42	1.220.753,68	(266.054,74)
Outras receitas correntes	0,00	3.024,63	15.085,69	12.061,06
Receita de capital	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	(2.500.000,00)

Observamos quanto a receita de capital, estimando o superávit para o exercício em R\$ 2.500.000,00, sendo que permaneceu o valor pendente em saldo, visto o déficit apresentado no exercício.

As demais contas de receita não foram observadas saldos relevantes apresentado.

	<b>Dotação Inicial</b>	<b>Dotação Atualizada</b>	<b>Despesas Empenhadas</b>	<b>Despesas Liquidadas</b>	<b>Despesas Pagas</b>	<b>Saldo Dotação</b>
<b>Despesas</b>	<b>13.128.175,00</b>	<b>12.992.065,47</b>	<b>9.311.912,07</b>	<b>9.075.257,97</b>	<b>9.049.982,07</b>	<b>3.680.153,40</b>
<b>Despesa Corrente</b>	<b>10.628.175,00</b>	<b>10.492.065,47</b>	<b>9.003.777,63</b>	<b>8.871.007,52</b>	<b>8.845.731,62</b>	<b>1.488.287,84</b>
Pessoal	4.722.012,97	4.763.948,19	4.358.210,70	4.358.210,70	4.358.210,69	405.737,49
Material de Consumo	280.700,00	158.560,06	83.106,26	78.764,44	74.651,59	75.453,80
Serviços de Terceiros - Pessoa Física	775.166,03	866.779,92	700.441,51	700.441,51	699.330,91	166.338,41
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.895.048,00	3.014.401,51	2.332.715,54	2.282.409,45	2.262.357,01	681.685,97
Encargos Diversos	402.200,00	349.570,00	285.385,99	285.385,99	285.385,99	64.184,01
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	6.113,99	6.113,53	6.113,53	6.113,53	0,46
Transferências Correntes	382.372,00	1.310.079,80	1.237.804,10	1.159.681,90	1.159.681,90	72.275,70
Reserva de Contingência	170.676,00	22.612,00	0,00	0,00	0,00	22.612,00
<b>Crédito Disponível Despesa de Capital</b>	<b>2.500.000,00</b>	<b>2.500.000,00</b>	<b>308.134,44</b>	<b>204.250,45</b>	<b>204.250,45</b>	<b>2.191.865,56</b>
Investimentos	2.500.000,00	2.500.000,00	308.134,44	204.250,45	204.250,45	2.191.865,56

Nas despesas, podemos observamos variação a dotação inicial das seguintes contas:

	<b>Dotação Atualizada</b>	<b>Despesas Empenhadas</b>	<b>Saldo Dotação</b>
Obras, Instalações e Reformas	1.053.000,00	40.596,00	1.012.404,00
Equipamentos e Materiais Perman	1.037.000,00	258.548,45	778.451,55
Serviços Prestados	2.371.085,76	1.865.961,29	505.124,47
Intangível	410.000,00	8.989,99	401.010,01

A maioria das contas com saldos mais relevantes de dotação se referem a dotações atualizadas que houveram valor menor de despesas empenhadas.

## 6 – Licitações, contratos e convênios

### a) Licitações e contratos:

#### Comentários Gerais

Examinamos as aquisições de materiais e serviços ocorridas pela CAU PR no exercício de 2017 nas modalidades de licitações e dispensa de licitações através de amostragem, avaliando os procedimentos e controles internos em cada processo de acordo com a Lei nº 8.666/93.

No exercício de 2017, toda a documentação referente a cotações, certidões e solicitações estão arquivadas em caixas de arquivo sem uma ordem para a guarda dos mesmos. Pela contabilidade identificamos os pagamentos e os respectivos documentos de comprovação do mesmo.

O CAU PR não nos apresentou nenhum relatório, planilha e/ou instrumento de controle das licitações ocorridas no ano.

Como procedimento alternativo, através do método de amostragem, selecionamos despesas e gastos pela contabilidade para verificar documentação e processos de compras, daqueles que conseguimos identificar nas caixas de arquivos disponibilizadas:

- R\$ 15.216,47 - Toti Promo Ltda
- R\$ 17.960,89 - Toti Promo Ltda
- R\$ 18.546,87 - Toti Promo Ltda
- R\$ 43.313,91 - Toti Promo Ltda
- R\$ 85.087,77 - Toti Promo Ltda
- R\$ 10.000,00 - Santa Rosa e Paião Advogados Associados
- R\$ 29.173,07 - Imobiliária Confronto Ltda
- R\$ 10.300,00 - Gente Seguradora S/A
- R\$ 29.016,63 - Imobiliária Confronto Ltda
- R\$ 12.460,00 - Impressoart Editora e Gráfica Ltda
- R\$ 11.665,00 – Toti Promo Ltda
- R\$ 51.657,86 - S&R Administração e Terceirização de Mão de Obra Ltda
- R\$ 51.819,02 - S&R Administração e Terceirização de Mão de Obra Ltda
- R\$ 21.912,23 - Toti Promo Ltda
- R\$ 19.010,30 - Toti Promo Ltda.
- R\$ 8.818,09 - Toti Promo Ltda.
- R\$ 9.028,07 - Toti Promo Ltda
- R\$ 16.552,51 - Toti Promo Ltda.
- R\$ 26.570,17 - Toti Promo Ltda
- R\$ 21.900,00 - Luvi Comercial Ltda
- R\$ 76.846,00 - Luvi Comercial Ltda
- R\$ 14.949,75 - IPCable Informática Ltda.
- R\$ 12.415,50 - IPCable Informática Ltda.



Detalhamos a seguir os tipos de compras/gastos efetuados com a documentação suporte:

- **R\$ 15.216,47 - Toti Promo Ltda:** Pago a Toti Promo LTDA, liquidação 195 do empenho 112, Transferência eletrônica 020312, Nota Fiscal 609 R\$ 24.672,93 com reembolso de R\$ 9.000,00 ref. a Valor empenhado a Toti Promo LTDA, organização e realização de evento referente a reunião de planejamento das CTS/Palestras 26/01/2017 à 28/201/2017 Quinta Feira e Sábado.

- **R\$ 17.960,89 - Toti Promo Ltda:** Pago a Toti Promo LTDA, liquidação 331 do empenho 113, Transferência eletrônica 030102, Nota Fiscal 620 ref. a Valor empenhado a Toti Promo LTDA, contratação de coffee break para reunião Plenária fevereiro de 2017, com evento Câmara Técnica período noturno, palestra para 80 pessoas, Sede CAU/PR - Casa Miguel Pereira. Reembolso R\$ 8.894,00.

- **R\$ 43.313,91 - Toti Promo Ltda:** Liquidação do Empenho 641, referente Nota Fiscal nº 636 do favorecido Toti Promo LTDA, pela organização de evento referente a Câmaras Técnicas de Guarapuava, Pato Branco, Curitiba, Cascavel, Maringá e Londrina.

- **R\$ 85.087,77 - Toti Promo Ltda:** Liquidação do Empenho Nº 01425 - Nota Fiscal Nº 724 - Toti Promo LTDA - contratação de planejamento e organização de Evento do Dia do Arquiteto e Semana da Arquitetura. Pago a Toti Promo LTDA, liquidação 2498 do empenho 1425, Transferência eletrônica 122021, Nota Fiscal 724 ref. a Valor empenhado a Toti Promo LTDA, contratação de planejamento e organização de Evento do Dia do Arquiteto e Semana da Arquitetura. R\$ 88.322,99 Valor Líquido da Nota fiscal Liquidação do Empenho Nº 0626 - Nota Fiscal Nº 724 - Toti Promo LTDA - contratação de planejamento e organização de “Evento do Dia do Arquiteto e Semana da Arquitetura” complemento do empenho 1425 Pago a Toti Promo LTDA, liquidação 2499 do empenho 626, Transferência eletrônica 122021, Nota Fiscal 724 ref. a Valor empenhado a Toti Promo LTDA, pela organização do evento referente à Plenárias e Eventos para 2017 - CAU/PR. R\$ 3.235,22

- **R\$ 10.000,00 - Santa Rosa e Paião Advogados Associados:** Pago a Santa Rosa & Paião e Advogados Associados, liquidação 2326 do empenho 1599, Transferência eletrônica 113010, Nota Fiscal 149 ref. a Valor empenhado a Santa Rosa & Paião e Advogados Associados, pela contratação de escritório para a representação do CAU/PR em processo trabalhista perante a Justiça do trabalho para atuação junto ao processo nº000025275.20107.5.09.0084 em trâmite na 22ª vara do trabalho. Considerando tratar-se de contratação para atuação em demanda jurídica, de natureza singular, sendo exigida notória especialização na área, não estando afeta as atividades, normais do Conselho, em virtude da especialidade da matéria, constatou-se a necessidade de terceirização do serviço. Serviço Jurídico especializado na área trabalhista.

- **R\$ 29.173,07 - Imobiliária Confronto Ltda:** Liquidação do Empenho Nº 026 - Boleto Bancário Nº 0000066963 - Imobiliária Confronto LTDA - locação da Sede do CAU/PR - dezembro/2017.

- **R\$ 10.300,00 - Gente Seguradora S/A:** Pago a GENTE SEGURADORA S.A., liquidação 2096 do empenho 1210, Transferência eletrônica 110808, Boleto Bancário 00261963 ref. A Valor empenhado a GENTE SEGURADORA S.A., pelos serviços de seguros de imóveis para as Sedes e Regionais do CAU/PR.



- **R\$ 29.016,63 - Imobiliária Confronto Ltda:** Liquidação do Empenho 24, referente Boletim Bancário nº 64904 do favorecido Imobiliária Confronto LTDA, locação da Sede do CAU/PR - agosto/2017.

- **R\$ 12.460,00 - Impressoart Editora e Gráfica Ltda:** Liquidação do Empenho 448, referente Nota Fiscal nº 2459 do favorecido Impressoart Editora Gráfica LTDA - ME, compra de material gráfico - Processo Licitatório Pregão Presencial nº 0004/2016 - Vencedora Impressoart Editora Gráfica Ltda Lote 03 - Envelope - Total R\$ 880,00 Lote 11 - Bloco de Anotações - Total R\$ 2.700,00 Lote 18 – Pasta com bolsa – Total R\$ 6.200,00 Lote 05 - Pasta com orelha - Total R\$ 2.680,00.

- **R\$ 11.665,00 – Toti Promo Ltda:** Pago a Toti Promo LTDA, liquidação 1553 do empenho 1076, Transferência eletrônica 080204, Nota Fiscal 655 ref. a Valor empenhado à Toti Promo LTDA, referente à aquisição e distribuição de brindes para todo o Estado do Paraná - Lançamento do Observatório Paraná Urbano.

- **R\$ 51.657,86 - S&R Administração e Terceirização de Mão de Obra Ltda:** Pago a S&R – Administração e terceirização de Mão de Obra LTDA, liquidação 418 do empenho 22, Transferência eletrônica 032009, Nota Fiscal 33 ref. A Valor empenhado a S&R Administração e terceirização de Mão de Obra LTDA, pela contratação de serviço para atender despesa com fornecimento de Mão de Obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço afim de atender demanda do CAU/PR para o exercício de 2017.

- **R\$ 51.819,02 - S&R Administração e Terceirização de Mão de Obra Ltda:** Pago a S&R - Administração e terceirização de Mão de Obra LTDA, liquidação 1968 do empenho 22, Transferência eletrônica 101803, Nota Fiscal 40 ref. a Valor empenhado a S&R Administração e terceirização de Mão de Obra LTDA, pela contratação de serviço para atender despesa com fornecimento de Mão de Obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço afim de atender demanda do CAU/PR para o exercício de 2017.

- **R\$ 21.912,23 - Toti Promo Ltda:** Liquidação do Empenho 01425, referente Nota Fiscal nº 705 do favorecido Toti Promo LTDA, pelo planejamento e organização de evento, incluindo coffee break, referente a Semana da Arquitetura, promovida pelo CAU/PR nos dias 07, 08 e 09 de novembro/2017.

- **R\$ 19.010,30 - Toti Promo Ltda:** Pago a Toti Promo LTDA, liquidação 2302 do empenho 626, Transferência eletrônica 112853, Nota Fiscal 708 ref. a Valor empenhado a Toti Promo LTDA, pela organização do evento referente à Plenárias e Eventos para 2017 - CAU/PR.

- **R\$ 8.818,09 - Toti Promo Ltda:** Valor Empenhado à Toti Promo LTDA, para contratação de Serviço de Organização de Evento para Lançamento em Londrina/PR do Observatório Paraná Urbano julho/2017.



- **R\$ 9.028,07 - Toti Promo Ltda:** Liquidação do Empenho 626, referente Nota Fiscal nº 661 do favorecido Toti Promo LTDA, pela contratação de coffee break para plenária e reunião das Comissões Técnicas em Curitiba. 08/2017.

- **R\$ 16.552,51 - Toti Promo Ltda:** Liquidação do Empenho 626, referente Nota Fiscal nº 635 do favorecido Toti Promo LTDA, organização do evento referente a Plenária de Cascavel.

- **R\$ 26.570,17 - Toti Promo Ltda:** Liquidação do Empenho 468, referente Nota Fiscal nº 628 do favorecido Toti Promo LTDA, organização de evento referente à Plenária/Palestras – Paranaguá.

- **R\$ 25.284,50 – Toti Promo Ltda:** Liquidação do Empenho 626, referente Nota Fiscal nº 660 do favorecido Toti Promo LTDA, pela contratação de planejamento e organização de Evento do Observatório Paraná Urbano em Londrina. Reembolso R\$ 6.108,30.

- **R\$ 21.900,00 - Luvi Comercial Ltda:** Pago a LUVI COMERCIAL LTDA - ME, liquidação 927 do empenho 584, Transferência eletrônica 661.622.000.024.109, Nota Fiscal 4.064 ref. a Valor empenhado a LUVI COMERCIAL LTDA ME, conforme segue: lote 01 - HD externo - unid. R\$ 370,00 - quant. 02 - total R\$ 740,00 lote 02 - SSD 2,5" 240 GB - unid. R\$ 440,00 - quant. 10 - total R\$ 4.400,00 lote 03 - SSD 2,5 120 GB - unid. R\$ 325,00 - quant. 40 - total R\$ 13.000,00 lote 04 - antena UBNT UNIFI UAP-LR unid. R\$ 470,00 quant. 08 - total R\$ 3.760,00. Em 16/05/2017

- **R\$ 76.846,00 – Luvi Comercial Ltda:** Pago a LUVI COMERCIAL LTDA - ME, liquidação 1198 do empenho 660, Transferência eletrônica 162.200.000.024.109, Nota Fiscal 4123 ref. a Valor empenhado a, pela aquisição de Microcomputadores conforme segue: Lote 1 - Microcomputador com garantia de 36 meses Quantidade 14 - Valor Unitário R\$ 5.489,00 - Valor total: R\$ 76.846,00. Em 23/06/2017.

- **R\$ 14.949,75 - IPCable Informática Ltda:** Pago a IPCABLE INFORMATICA LTDA - EPP, liquidação 1970 do empenho 1215, Transferência eletrônica 102019, Nota Fiscal 434 ref. a Valor empenhado a IPCable Informática LTDA, aquisição equipamento de processamento de dados, que faz parte do Kit Biométrico para Leitura e Captura de dados para emissão da Carteira Profissional. Em 18/10/2017

- **R\$ 12.415,50 – IPCable Informática Ltda:** Pago a IPCABLE INFORMATICA LTDA - EPP, liquidação 2158 do empenho 1214, Transferência eletrônica 111302, Nota Fiscal 443 ref. a Valor empenhado a IPCable Informática LTDA, aquisição de equipamentos de estúdio fotográfico que fazem parte do Kit Biométrico para Leitura e Captura de dados para emissão da Carteira Profissional. Em 19/11/2017.

Como comentário geral chamamos a atenção para o fato de em alguns casos não ter o empenho pelo valor total no ano, nas contratações continuadas de serviço.

- **001/2017 Pregão Presencial:** A presente licitação tem como objeto a aquisição, mediante Sistema de Registro de Preço, de HD externo, Hds para notebooks SSD120GB e SSD240GB,



Antena wi-fi, para utilização dos colaboradores do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR, no desempenho de suas funções, conforme a especificação no Anexo I e II, em regime de preço unitário.

Não nos foi apresentado o parecer jurídico deste processo.

- **002/2017 - Pregão Eletrônico:** A presente licitação tem como OBJETO a aquisição, mediante Sistema de Registro de Preço, de computadores Desktop, notebooks e ultrabooks, Monitor 19,5 a 24 polegadas, Kit Teclado e Mouse, Pacote office (Word, Excel, Power Point) Microsoft Office Standard 2016, PDF creator profissional – ACROBAT PRO DC, assinatura anual, SISTEMA AUTO CAD assinatura para 3 anos, para utilização dos colaboradores do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR, no desempenho de suas funções, conforme a especificação no Anexo I e II, em regime de preço unitário.

Não nos foi apresentado o parecer jurídico deste processo.

- **003/2017- Pregão Eletrônico:** A presente licitação tem como objeto a aquisição de serviço de seguro de bens móveis e imóveis, de diversos itens conforme descrito neste Edital e seus anexos I e II, em regime de Preço Global por Lote. A Empresa CONTRATADA deverá ter em Curitiba/PR um PREPOSTO (CORRETOR), com escritório constituído na cidade, tendo contato telefônico e disponibilidade de atendimento em caso de necessidade 24 horas por dia, 7 dias por semana, nos 365 dias do ano.

Deserta

- **005/2017 - Pregão Presencial:** A presente licitação tem como objeto a aquisição, mediante Sistema de Registro de Preço, de fornecimento de Material de Limpeza, Copa e Cozinha, conforme a especificação no Anexo I e II, em regime de preço unitário. A especificação dos tipos de serviços e produtos está descrita nos Anexos I e II deste edital, estipulado também o custo estimado, em regime de preço unitário por produto.

Não nos foi apresentado os documentos físicos deste processo na visita presencial. Somente foi nos enviado posteriormente o parecer jurídico para este processo.

- **006/2017-Pregão Presencial:** A presente licitação tem como objeto a contratação, mediante Sistema de Registro de Preço, de serviço de fornecimento de Material Gráfico (Anuários CAU/PR com DVDS anexos), conforme a especificação no Anexo I e II, em regime de preço unitário. A especificação dos tipos de serviços e produtos está descrita nos Anexos I e II deste edital, estipulado também o custo estimado, em regime de preço unitário por produto, LOTE ÚNICO VALOR UNITARIO DO KIT (formado por um livro de cada posto dentro da luva). Não houve participantes.

Republicação: 23/11/2017 e não tem informação sobre cancelamento ou continuidade.

**Segue o resumo das principais situações encontradas sobre os exames nos processos:**

- alguns processos não foi apresentado o parecer jurídico;



- os documentos não estão numerados sequencialmente, nem mesmo arquivados de forma que seja possível verificar todas as análises necessárias a ser feitas aos processos, assim como a documentação de proponentes também não localizadas. Orientamos para a organização da documentação em arquivo com numeração sequencial e com rubricas com o intuito de manter as informações e documentos em sua totalidade nos processos, passíveis de exames, consultas e confirmações, a qualquer tempo, com a segurança de que todos os documentos estejam no processo.

## **b) Convênios**

### **Comentários Gerais**

Não nos foi apresentado nenhum instrumento de acompanhamento e/ou de controle dos convênios e contratos em vigência no CAU, referentes ao exercício de 2017.

Como procedimento alternativo partimos das informações contábeis para examinar os valores de convênios e contratos registrados e vigentes no ano. Também o sistema de arquivo não nos dá segurança que os documentos examinados representam a totalidade dos mesmos em cada processo ou mesmo que não existe algum processo que não tenha movimento contábil ou mesmo esteja em registro contábil diferente para inclusão nos exames. Estão arquivados em caixas de arquivo sem uma ordem definida. Além da contabilidade realizamos a verificação física das caixas onde estão arquivados os mesmos.

Examinamos os convênios realizados no ano observando que não existe uma sistemática de exigência da prestação de contas dos valores aplicados pelos conveniados, que atendem o objeto do convênio.

Observamos que a entidade vem adotando como procedimento a inclusão das notas fiscais apresentadas pelos conveniados na aplicação do objeto do convênio. Porém observamos que em diversos casos não nos foi apresentada as notas fiscais e outros apresentados notas fiscais que comprovam parte da aplicação, caracterizando assim a deficiência na confirmação da aplicação dos recursos objeto do convênio.

Também é importante destacar que em 2017 não nos foi apresentado os projetos que legalmente devem subsidiar os convênios.

Nos itens abaixo detalhamos a situação de cada convênio.

### **1 - Convênio firmado entre o CAU/PR, CNPJ 14.804.099/0001-99, e a Associação de Engenheiros e Arquitetos de Maringá - AEAM, CNPJ 76.246.024/0001-97.**

Apoio Institucional visa à seleção de projetos a serem patrocinados pelo CAU/PR no ano de 2018, para o exercício da assistência técnica gratuita, na elaboração de projetos de habitação de interesse social, em conformidade com a Deliberação nº 25, de 26 de maio de 2015 e Edital de Chamada Pública de Apoio Institucional nº 001/2017, referente ao patrocínio do projeto "Plano para implementação municipal de Assistência Técnica em Habitação de Interesse



Social", no valor de R\$ 37.100,00 (trinta e sete mil e cem reais), com prazo de execução previsto entre 22/12/17 e 30/08/18. Verificamos a existência do projeto base para o convenio. Confirmamos a transferência de R\$ 35.000,00 em 31/08/2018 a Associação de Engenheiros e Arquitetos de Maringá – AEAM. Não tivemos acesso a documentação deste convenio e prestação de contas relativa ao convênio mencionado.

## **2 - CAU/PR e SINDARQ – Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Estado do Paraná-001/2017.**

Convênio firmado entre o CAU/PR, CNPJ 14.804.099/0001-99, e o Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas no Estado do Paraná - SINDARQ, CNPJ 77.963.841/0001-29, referente ao patrocínio do projeto "Assistência Técnica Prática e Diagnóstico no Município de Curitiba", no valor de R\$ 41.022,20 (quarenta e um mil reais, vinte e dois reais e vinte centavos), com prazo de execução previsto entre 19/12/17 e 30/08/18. Verificamos o empenho no valor do convenio R\$ 37.100,00. Não tivemos acesso a documentação deste convenio assim como a prestação de contas relativa ao convênio mencionado.

## **3 - CAU/PR e SINDARQ – Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Estado do Paraná-002/2016.**

CONVÊNIO CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2016 Convênio firmado entre o CAU/PR, CNPJ 14.804.099/0001-99, e o Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas no Estado do Paraná - SINDARQ, CNPJ 77.963.841/0001-29, referente ao patrocínio do projeto "A participação cidadã e o Plano Diretor", no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), com prazo de execução previsto entre 14/12/17 e 31/05/18. Verificamos a transferência do valor 21/12/2017 para o titular do convenio SINDAEQ. Ag. 0106-6 e c/c 9.988-0 do banco Cooperativa Central de Crédito. Não tivemos acesso a demais documentos deste convenio assim como a prestação de contas relativa ao convênio mencionado.

### **Segue o resumo das principais situações encontradas sobre os exames nos convênios:**

Todos apresentam deficiência no seu curso de acordo com a Lei 8.666/93. A documentação não está arquivada devidamente com falta de documentos para análise. Verificamos os projetos base dos convênios e empenhos porem não nos foi apresentada as prestações de contas de todos os convênios do exercício constando como inconformidades em todos os convênios firmados.

## **7 – Departamento de pessoal**

Examinamos e revisamos as informações referente as folhas de pagamento do exercício, assim como exame de documentação de funcionários e controles internos, referente ao exercício.

No exercício de 2017 foram nomeados funcionários através de portarias, conforme concurso público realizado.



Foram examinadas as portarias que constavam no portal da entidade, porém conforme conversado com os responsáveis, foi disponibilizado trabalho realizado por comissão interna do CAU/PR onde menciona possíveis irregularidades entre portarias que constam no portal e portarias arquivadas no cofre.

Os funcionários passaram a ser filiados ao SINDIFISC-PR a partir do exercício de 2015.

### **7.1 – Exame de documentação de funcionários**

Examinamos através de amostragem, as pastas de funcionários utilizando como base a folha de pagamento de competência dezembro de 2017. Constatamos funcionários sem a declaração de dependentes para fins de imposto de renda, observamos em fichas cadastrais dependentes informados. Orientamos que todos os funcionários possuam, mesmo que não tenham dependentes. Observamos que a declaração de dependentes está baseada conforme Lei nº 9.250, de 1995, art. 35; RIR/1999, art.77, § 1º; IN SRF nº 15, de 2001, art. 38.

### **7.2 – Equiparação salarial**

No exercício de 2017 não constatamos situações de equiparação salarial nas folhas de pagamento.

### **7.3 – Vale transporte e vale alimentação**

No exercício de 2017, revisamos os pagamentos dos vales transportes e alimentação aos funcionários, não encontrando situações a serem comentadas.

### **7.4 – Cartão ponto – jornada de trabalho**

A partir do exercício de 2015 o Conselho passou a controlar a jornada diária de seus funcionários através de sistema de cartões pontos.

Horas trabalhadas além das 8 (oito) horas normais diárias estabelecidas em acordo coletivo são computadas no banco de horas, controladas no sistema.

Observamos ainda que em folha de pagamento consta jornada mensal de 220h mensais, configurando jornadas semanais de 44h. A jornada diária dos funcionários do CAU PR, na grande maioria, é das 09h às 12h e das 13h às 18h, com intervalo das 12h às 13h de segunda a sexta, somando assim jornada semanal de 40h, o que pode causar passivos trabalhistas.

### **7.5 – Plano de Salários**

Deliberação Nº 023 de 09 de fevereiro de 2015 aprova o plano de salários dos empregados do CAU/PR, essa deliberação só foi cumprida em 2019.

## **7.6 – PPRA e PCMSO**

O PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais com vigência 2017/2018 está datado de 15/07/2017. O programa anterior possuía vigência até 09/05/2017.

Já o PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional com vigência 2017/2018 está datado também de 15/07/2017. O programa anterior possuía até 09/05/2017.

Ressalvamos quanto a falta de assinatura nos programas e ao período entre o fim da vigência do programa anterior e data de emissão de novo programa.

## **7.7 – Livro de inspeção do trabalho**

Solicitamos o livro de inspeção do trabalho do CAU/PR, observando que o mesmo está datado de 01 de janeiro de 2012, não possuindo nenhum registro de inspeção.

## **7.8 – Exames médicos admissionais**

Foram examinados os exames de funcionários contratados no exercício de 2017, não sendo encontradas situações a serem comentadas.

## **7.9 – Adicionais, Auxílios e Gratificações**

Em dezembro de 2017 foi pago o Auxílio/Vale Cultura Retro. O auxílio Vale Cultura mencionado na cláusula décima quarta do ACT 2015-2017, no valor de R\$ 50,00 conforme disposição do Decreto nº 8.084/2013 do Ministério da Cultura. Conforme aditivo do ACT 2015-2017 Foram pagas nove parcelas do Auxílio Cultura em 12/2017.

Em 01 de março de 2017 a funcionária Mariana Vaz de Genova foi nomeada para ocupar o cargo em comissão de Coordenadora de Fiscalização, para presente nomeação o valor de remuneração foi do grupo ocupacional C XIII.

## **7.10 – Exame das folhas de pagamento**

Conferimos os cálculos e valores informados em folha de pagamento, revisando os valores de proventos e descontos, efetuando confronto com controles e informações do setor de RH do conselho, examinamos também por amostragem as bases de cálculos e retenções de INSS, FGTS e IRRF retidos dos funcionários e parte empresa.

Quanto ao INSS parte empresa, destacamos quanto a classificação do percentual da alíquota RAT incorreta, conforme já comentado neste relatório.

## **7.11 – Processos Trabalhistas**

Conforme nota explica número 3.8 – Provisão para riscos cíveis e trabalhistas:



“Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

**Implantação de política contábil em 2017** – Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/PR procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.

**Base de mensuração** – O CAU/PR adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

**Reflexo patrimonial comparativo**

	2017	2016
Provisões para Riscos Cíveis a Curto Prazo	0,00	0,00
Provisões para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	(20.000,00)	0,00
Provisões para Riscos Cíveis a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	(260.000,00)	0,00
<b>Total</b>	<b>(280.000,00)</b>	<b>0,00</b>

Do montante de R\$ 280.000,00 da variação patrimonial diminutiva decorrente das provisões registradas em 2017, R\$ 90.000,00 referem-se a ações ajuizadas em



*exercícios anteriores, registradas de forma acumulada, alterando o efetivo resultado patrimonial de 2017, conforme detalhado na nota explicativa 3.12.”*

Chamamos a atenção quanto a existência de processos trabalhistas já existentes na época, assim como não foi encontrado/apresentado relatórios jurídicos da época para verificação.

## **8 – Presidente, Vice Presidente e Conselheiros do CAU/PR no exercício**

### **Conselheiros Gestão 2015-2017**

#### **Titular**

**Jeferson Dantas Navolar – Presidente**

**Irã José Taborda Dudeque – Vice Presidente**

Nestor Dalmira

Orlando Busarello

Aníbal Verri Junior

Carlos Hardt

André Luiz Sell

Margareth Ziolla Menezes

Leandro Teixeira Costa

Ronaldo Duchenes

Bruno Soares Martins

Giovanni Guilherme Medeiros

Rafael Gimenez Gonçalves

Luiz Eduardo Bini Gomes da Silva

Cristiane Bicalho de Lacerda

Ideval dos Santos Filho

#### **Suplente**

Carlos Eduardo Salamanca

Eneida Kuchpil

Milton Gonçalves Zanelatto Gonçalves

Alessandro Filla Rosanelli

Caroline Salgueiro da Purificação M. Fenato

Carlos Domingos Nigro

Marcos Batista Veronez

Frederico Rupprecht Silva Bompeixe Carstens

Luiz Becher

Mariane Erban Romeiro

Rafael Sindelar Barczak

Glauco Pereira Junior

Maria Francisca Sottomaior Cury

Diorgenes Ferreira Ditrich

Antônio Carlos Zani

Vanderson de Souza Azevedo